

CIMI

Governo planeja novo genocídio contra os índios

O plano de construção de diversas hidrelétricas na Bacia Amazônica, que prevê o deslocamento de 30 mil índios de suas terras, inclusive na região Araguaia-Tocantins, em Goiás, é um assunto que vai provocar muita polêmica no país. Para Dom Tomás Balduino, vice-presidente do Cimi, "o preço das hidrelétricas é o genocídio".



O projeto de construção de hidrelétricas na Bacia Amazônica prevê o deslocamento de 30 mil índios de suas terras

"Ao povo brasileiro cabe assumir, urgentemente, através de suas organizações, uma posição de solidariedade com estes últimos povos indígenas ameaçados, reagindo com o repúdio à política genocida e militarista da Funai". Assim se pronunciou o vice-presidente do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Dom Tomás Balduino, referindo-se ao programa de construção de hidrelétricas na Bacia Amazônica, que prevê o deslocamento de 30 mil índios de suas terras, inclusive na região Araguaia-Tocantins, em Goiás.

O religioso afirma que a construção dessas hidrelétricas faz parte da postura de guerra ao índio posta em prática desde o governo Geisel, comparando a situação brasileira atual com o que ocorreu nos Estados Unidos no final do século passado, quando o governo americano quase exterminou os povos indígenas da América do Norte.

Para Dom Tomás, a programação dessas usinas, sob a responsabilidade da Eletrobrás, virá agravar ainda mais os problemas que envolvem as terras dos índios, já tão escassas. O programa aparece como fato consumado e não deixa qualquer alternativa aos indígenas ou aos seus aliados, uma vez que até o prazo para a entrega da última usina da série já está fixado para 1995.

Na opinião do vice-presidente do Cimi, a política indígena do governo peca pelos projetos de "emancipação", pela "estadualização" e pelos critérios da indianidade, onde o governo é quem aponta quem é índio ou quem não é, de

acordo com a menor ou maior resistência às investidas contra os seus direitos. Além disso, continua, há um empenho em diminuir os territórios ocupados pelas nações indígenas, quando os seus integrantes são empurrados para pequenas porções de terras, geralmente improdutivas.

O que há de maior e melhor nas terras outrora pertencentes aos indígenas vem sendo perdido para outros interesses, como os das multinacionais. Isso, para Dom Tomás, mostra a crueldade dos tecnocratas a serviço do chamado desenvolvimento econômico "que mata as pessoas, sobretudo as mais fracas, as que menos se beneficiam com essas gigantescas implantações. A ojeriza da Funai, com relação aos índios, não é por sua cor morena ou pelos seus olhos amendoados, mas pela ocupação de terras cobiçadas. Esses administradores estão do lado do capitalismo, do qual são agentes".

Esse é o motivo — diz Dom Tomás — para a destruição das tribos, que vem junto com a transferência de uma área para a outra, a "destribalização", o emprego da mão-de-obra indígena em atividades alheias à sua cultura, e ainda a morte por contágio de doenças, levadas pelas equipes de serviço das empresas.

"O preço das hidrelétricas é o genocídio" — continua. "Não é a morte de indivíduos simplesmente, mas é o desaparecimento de povos, com suas línguas, suas culturas, seus cantos, seus ritos, suas festas, sua memória histórica. Como poderão entender, por

exemplo, as tribos ainda não contactadas pela Funai, a presença de um lago artificial formado com o represamento das águas de seus rios?"

Dom Tomás considera "um absurdo" que se estabeleçam programas de inundações das áreas ocupadas por esses grupos que, segundo a Funai, localizam-se na bacia do Rio Negro e ao longo do rio Jamari, em Rondônia. Nesses locais a própria Funai desconhece a população e as tribos que ainda estão isoladas. Esses povos, segundo o religioso, não entenderão jamais o cataclismo do lago artificial, um gigantesco dilúvio que irá inundar suas terras e sepultar seu universo, pondo fim à sua memória histórica.

Para solucionar os conflitos, não raro a Funai apela para as pressões, como acontece atualmente com os Tapirapé, chamados pelo órgão a aceitarem uma troca desvantajosa de terrenos sob pena de serem vigiados e contidos pela polícia. No sul do Pará, a nação Tembeteve suas terras limitadas drasticamente, o que é suficiente para confinar a cultura desse povo. No Espírito Santo, os Tupiniquim foram obrigados a entregar grande parte de sua pequena reserva para a multinacional Aracruz Celulose. E os Xavante de Sangradouro terminaram frustrados na sua expectativa de recuperar a melhor parte de suas terras, tomadas por fazendeiros, com a aprovação da Funai.

Aurézia da Silva Amaro
Editoria Local